



2023  
**XXXI ENCONTRO DE  
JOVENS  
PESQUISADORES**

**UCS**

XIII Mostra Acadêmica de  
Inovação e Tecnologia

PIBIC, CNPq

**A fome e os obstáculos para a efetivação dos direitos humanos: uma análise do direito à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional**

**Autores: Laura Tomie G. Tresohlavy, André Luiz Olivier**

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho analisa o direito à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva das necessidades básicas de cada indivíduo, com enfoque particular na erradicação da fome. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo principal constatar que a exposição às situações de risco da população acometida pela fome e desnutrição é tarefa sucumbida às políticas públicas, para que haja garantia da alimentação adequada de cada indivíduo. Mais do que isso, pretende-se identificar como a violação do direito à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional implica no fortalecimento da vulnerabilidade social e da fome no mundo. Em seguida, pretende-se compreender como a implementação de políticas públicas pode trazer eficácia e concretização de direitos para aqueles que passam fome, destacando-se, ainda, o caráter pioneiro das políticas públicas e leis de erradicação e diminuição da fome que se fazem vigentes no Brasil.

### **OBJETIVOS**

- Apresentar mecanismos eficazes de proteção dos direitos humanos, com ênfase na igualdade, redistribuição de renda e políticas públicas.
- Utilizar as pesquisas e esforços da FAO como referência para a erradicação da fome e da pobreza, com destaque para a “insegurança alimentar grave” no Brasil.
- Entender como garantir a redução da exposição às situações de risco por meio de políticas públicas, a fim de assegurar o acesso às necessidades básicas de cada indivíduo

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O resultado pretendido para o trabalho é a exposição de mecanismos eficazes de proteção ao direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional, que se voltem ao princípio da igualdade, afirmando a necessidade de políticas públicas. A pesquisa também analisa a relevância dos direitos humanos no ordenamento jurídico interno vigente, em sincronia com a investigação de planos para a erradicação da fome que se mostram ineficazes e como torná-los satisfatórios. Assim, ratificará a emergente demanda de proteger e regimentar direitos básicos e, em concomitância, de criar, institucionalmente, políticas públicas de combate à fome que se voltem à erradicação desta, a fim de asseverar o princípio da igualdade entre as pessoas, concretizando e efetivando os direitos humanos.

### **METODOLOGIA**

Método normativo-descritivo e monográfico, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Assembleia Geral da ONU. (1948). “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (217 [III]A).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional.
- Brasil. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set. 2006. [internet]